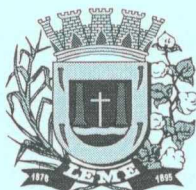


PROCESSO Nº  
-167/17-

REG. PROC. Nº  
-07-

FL. 1  
FOLHA Nº  
-03-



## CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

Estado de São Paulo

### AUTOS DE

PROJETO DE LEI Nº 121/17

Autoriza o Mun. de Leme a contratar com a Desenvolve SP - Agência de Fomento do Est. de S. Paulo, operações de crédito com outorga de garantia e dá outras providências.

Autor: de Prefeito Municipal.

### AUTUAÇÃO

Aos 16 (dezesseis) dias do mês de outubro de 2017,  
autuo o Proj. de Lei nº 121/17 e of. nº 737/17 em frente,

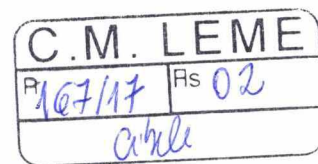
Eu, [assinatura], subscrevi

*Autógrafo de Lei nº 109/17*



# Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo



Ofício nº 737/2017 – GP.

Leme, 16 de outubro de 2017.

*Ref.: Encaminha Projeto de Lei Ordinária.*

Excelentíssimo Senhor,

Através do presente encaminho a essa Colenda Casa para apreciação o Projeto de Lei Ordinária que:

“AUTORIZA O MUNICÍPIO DE LEME A CONTRATAR COM A DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO, OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM OUTORGA DE GARANTIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Ressalto, que justifica-se a Urgência do referido projeto pois a aquisição de 02 (duas) ambulâncias trará grandes benefícios à população.

Ademais, com fundamentação nos artigos 190, I, 191, 192 e incisos e 193 parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Vereadores de Leme, requeiro a tramitação sob regime de **urgência especial**.

Por fim, aproveito a oportunidade para externar a Vossa Excelência e nobres pares, meus votos de elevada estima e distinta consideração.

**WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO**  
Prefeito do Município de Leme

Ao

Excelentíssimo Senhor,

**RICARDO PINHEIRO DE ASSIS**

Presidente da Câmara dos Vereadores do Município de Leme/SP.

Nesta

CÂMARA MUNICIPAL DE LEME

16/10/2017 13:47:36

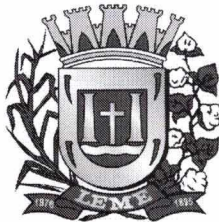
Protocolo Nº: 3708 / 2017

Tipo Documento: Projeto de Lei Ordinária / nº 121

Data Inserção: 16/10/2017

William Carlos Zero da Silva





# Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo

C.M. LEME	
R 107/17	Rs 03
civile	

## PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 121 / 2017.

“AUTORIZA O MUNICÍPIO DE LEME A CONTRATAR COM A DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO, OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM OUTORGA DE GARANTIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LEME**, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica o Chefe do Executivo do Município de Leme autorizado a celebrar com a DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO, operações de crédito até o montante de R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais), destinadas a aquisição de veículos para a frota municipal no âmbito da linha Frota Nova Municípios, cujas condições encontram-se previstas no artigo 2º desta Lei, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

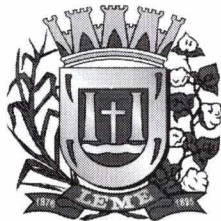
**Art. 2º** - As operações de crédito de que trata o art. 1º desta Lei subordinar-se-ão às seguintes condições gerais:

- a) a taxa de juros do financiamento é a de 9,5% ao ano, calculada *pro rata die*, acrescida de atualização monetária do IPCA, ou aquele que venha a substituí-lo no caso de sua extinção, pagáveis inclusive durante o prazo de carência, à Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo.
- b) o prazo total de financiamento será de até 72 (setenta e dois) meses, contados a partir da assinatura do contrato de financiamento, sendo de até 6 (seis) meses o prazo de carência com juros pagos trimestralmente.
- c) a participação do Município, a título de contrapartida, só será requerida caso o valor do objeto do financiamento ultrapasse o limite do valor a ser contratado neste financiamento.

**§ 1º** - A taxa de juros prevista no item “a” deste artigo será reduzida a 0% (zero por cento) ao ano, calculada *pro rata die*, desde que adimplente o Município, acrescida de atualização monetária pela variação mensal do IPCA e calculada *pro rata die*, ou aquele que venha a substituí-lo no caso de sua extinção, devidos inclusive durante o prazo de carência do financiamento.

**Art. 3º** - Fica o Município autorizado a oferecer a vinculação em garantia das operações de crédito, por todo o tempo de vigência dos contratos de financiamento e até a liquidação total da dívida, sob a forma de Reserva de Meio de Pagamento, das Receitas de Transferências oriundas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS (art. 158 inciso IV da CF) e do Fundo de





# Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo

C.M. LEME	
R 16/17	Rs 04
cml	

Participação dos Municípios – FPM (art. 159, inciso I, alínea b da CF), cumulativamente ou apenas um destes, em montante necessário e suficiente para a amortização das parcelas do principal e o pagamento dos acessórios da dívida.

**Parágrafo Único** - As receitas de transferências sobre as quais se autoriza a vinculação em garantia, em caso de sua extinção, serão substituídas pelas receitas que vierem a serem estabelecidas constitucionalmente, independentemente de nova autorização.

**Art. 4º** - O Chefe do Executivo do Município está autorizado a constituir a Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo como sua mandatária, com poderes irrevogáveis e irretratáveis, para receber junto às fontes pagadoras das receitas de transferências mencionadas no *caput* do art. 3º, os recursos vinculados, podendo utilizar esses recursos no pagamento do que lhe for devido por força dos contratos a que se refere o art. 1º.

**Parágrafo Único** - Os poderes mencionados se limitam aos casos de inadimplemento do Município e se restringem às parcelas vencidas e não pagas.

**Art. 5º** - Fica o Município autorizado a:

- a) participar e assinar contratos, convênios, aditivos e termos que possibilitem a execução da presente Lei.
- b) aceitar todas as condições estabelecidas pelas normas da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo, referentes às operações de crédito, vigentes à época da assinatura dos contratos de financiamento.
- c) aceitar o foro da cidade de São Paulo para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução dos contratos.

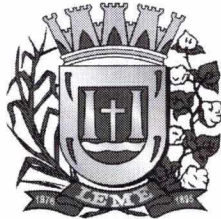
**Art. 6º** - Os orçamentos municipais consignarão, obrigatoriamente, as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

**Art. 7º** - Fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir créditos especiais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes das operações de crédito ora autorizadas.

**Art. 8º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leme, 05 de outubro de 2017.

**WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO**  
Prefeito do Município de Leme



# Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo

C.M. LEME	
P 107/17	Rs 05
Cibele	

## JUSTIFICATIVA.

**Senhor Presidente;**

**Senhores Vereadores;**

Encaminhamos para apreciação e aprovação dessa Casa Legislativa, o Projeto de Lei, que "Autoriza o Município de Leme a Contratar com a Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo, Operações de Crédito com Outorga de Garantia e dá outras Providências."

O presente Projeto de Lei que ora encaminhamos visa à obtenção de autorização para que o Município de Leme possa contratar operação de crédito com a Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo, no valor de R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais), cujo objeto é a aquisição de veículos para o Município.

Nessa busca de recursos entre os outros entes federativos, logramos conseguir a liberação de um crédito para aquisição de 02 (duas) ambulâncias, que trará grandes benefícios à população.

Vale frisar, que com a aquisição de novas ambulâncias poderemos transportar os pacientes com maior segurança e conforto, gerando um grande benefício, principalmente nas viagens mais distantes.

Pelas razões expostas, rogamos aos Senhores Edis, solicitamos a análise e aprovação em relação à matéria proposta, em **REGIME DE URGÊNCIA ESPECIAL**, convictos do interesse público da proposta.

Leme, 05 de outubro de 2017.

**WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO**  
Prefeito do Município de Leme





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

C.M. LEME	
R 16/17	Rs 06
atxll	

**Informação de Impacto Orçamentário nº 53/2017**

**Atendimento aos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000**

**Lei de Responsabilidade Fiscal**

**FINALIDADE:** “DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO COM A DESENVOLVE SP – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO”

Informo que o projeto de lei que “Autoriza o município de Leme a contratar com a Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo e dá outras providências”, apenas terá impacto orçamentário, se a Prefeitura formalizar a contratação da operação de crédito. Portanto, se houver a necessidade de contratação, as informações deverão ser enviadas detalhadamente para posterior cálculo do impacto.

**Leme, 16 de Outubro de 2017.**

**WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO**  
**Prefeito do Município de Leme**





**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
R 10747	Rs 07
chile	

**PROJETO DE LEI Nº 121/2.017**

**EMENTA : Autoriza o Município de Leme a contratar com a DESENVOLVE SP – AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO, operações de credito com outorga de garantia e dá outras providencias.**

**AUTORIA: Prefeito Municipal**

**PARECER JURÍDICO**

Senhor Presidente.

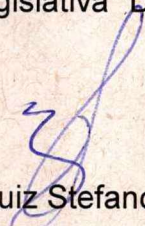
O presente Projeto de Lei é legal e está bem redigido e peca quanto a instrução, porem, em condições de iniciar a sua tramitação pela Casa, informando ainda que acompanha mensagem do Sr. Prefeito Municipal para que o projeto tramite sob o rito da Urgência Especial, dado a urgência da aquisição de ambulâncias para melhor atendimento da população Lemense.

Mas ressalto que o Sr. Prefeito Municipal encaminhou a informação de Impacto Orçamentário nº 53/2017 informando que terá impacto orçamentário caso a prefeitura formalize a contratação de operação de credito e, que, em havendo necessidade de contratação as informações deverão ser enviadas detalhadamente para posterior cálculo do impacto. Ora se tem impacto o projeto reclama o estudo e, ainda, demonstra que a urgência especial não está devidamente justificada, conforme as exigências regimentais de que o pedido deve estar devidamente justificado.

No mais, convém salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, elementos constantes dos autos até a presente data, e que, essa Procuradoria Jurídica presta consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na análise da conveniência e oportunidade dos atos praticados no âmbito da Câmara Municipal de Leme, nem analisar aspectos de natureza eminente técnica ou administrativa.

S.M.J. era o que tínhamos a opinar.

Sala da Assessoria Legislativa "Dr. Waldir José Baccarin", em 13 de setembro de 2.017

  
Jorge Luiz Stefano  
Dir. Jurid.





CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME  
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
R 16/7/17	Fs 08
Cibele	

PROJETO DE LEI Nº 121/2.017

**EMENTA : Autoriza o Município de Leme a contratar com a DESELVOLVE SP – AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO, operações de credito com outorga de garantia e dá outras providencias.**

**AUTORIA: Prefeito Municipal**

**PARECER CONJUNTO**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE;**

**COMISSÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICO**

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade e Comissão de Obras e Serviços Públicos; reunidas extraordinariamente na Sala das Comissões Palmiro Ferreira Vieira, analisando detidamente o presente projeto de lei, apresenta um único relatório, o qual é também os seus respectivos votos:

1-)

Trata-se de projeto de lei com pedido de tramitação no Regime de Urgência Especial, de Autoria do Senhor Prefeito Municipal, que busca autorização legislativa para que possa o município contratar com a DESELVOLVE SP – AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO, operações de credito com outorga de garantia e dá outras providencias.

2-)

Portanto, no que concerne a Comissão de Constituição Justiça e Redação, entendemos que o projeto em questão, não ofende as Normas Superiores e estando bem redigido e instruído, esta Comissão é **FAVORÁVEL** à tramitação do mesmo por esta Casa, pois que, nada obsta a sua legal tramitação.

3- )

Já no tocante à Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade e Comissão de Obras e Serviços Público vemos que os empréstimos e operações de crédito constituem encargos extraordinários do Município e dependem de *autorização* da Câmara Municipal; desse modo, sujeitam-se os empréstimos, da mesma forma, a *autorização para concessão de garantias* em operações de crédito pelo Município em disposições previstas no artigo 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

4-)

Diante disso, a Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade e Comissão de Obras e Serviços Público, avistando a






**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

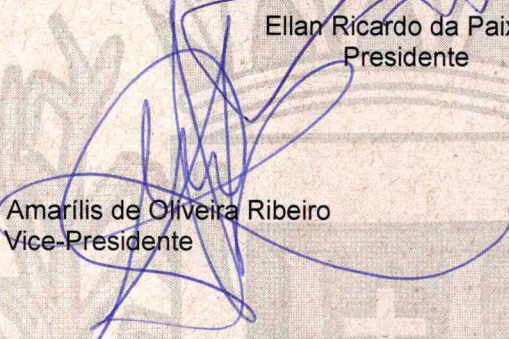
R	107/17	Rs	09
Cabele			


conveniência e o interesse público, já que a liberação desse crédito ira propiciar recursos para aquisição de duas ambulâncias que trarão grandes benefícios a população, por unanimidade de seus respectivos Membros somos **FAVORÁVEIS** que seja o presente projeto apreciado pelo PLENÁRIO desta Casa.

Sala das Comissões "Palmiro Ferreira Vieira",  
em 16 de outubro de 2.017.


**Pela Comissão de C.J.R.**


  
Ellan Ricardo da Paixão  
Presidente


  
Amarilis de Oliveira Ribeiro  
Vice-Presidente

  
Elias Eliel Ferrara  
Secretário

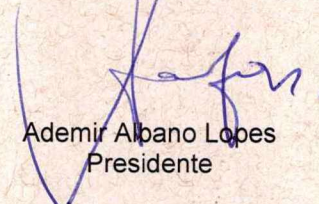
**Pela Comissão O.F.C.**


  
Elias Eliel Ferrara  
Presidente

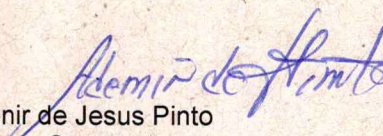
  
Alexandre dos Santos Leme  
Vice-Presidente

  
Ademir Albano Lopes  
Secretário

**Comissão de O.S.B.**

  
Ademir Albano Lopes  
Presidente

  
Marimarcos Muniz Felix  
Vice-Presidente

  
Adenir de Jesus Pinto  
Secretário





**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
R 167/17	Rs 10
Cabele	

**EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME.**

CÂMARA MUNICIPAL DE LEME

16/10/2017 20:03:39

Protocolo Nro 3749 / 2017

Tipo Docto Documentos Recebidos nº 11

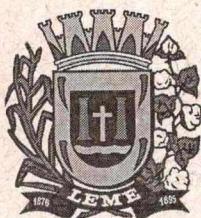
Data Inserção 16/10/2017

William Carlos Zero da Silva

Os vereadores abaixo assinados, com fulcro no art. 192 e seguintes do Regimento Interno da Câmara, vêm, mui respeitosamente, **REQUERER** a Vossa Excelência, seja o presente pedido submetido à apreciação do Egrégio Plenário, para o fim de conceder o **REGIME DE URGÊNCIA ESPECIAL** na tramitação do **Projeto de Lei nº 121/2.017**, que **"Autoriza o Município de Leme a contratar com a DESELVOLVE SP – AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO, operações de crédito com outorga de garantia e dá outras providencias."** de autoria do Prefeito Municipal, ressaltando que as justificativas estão consignadas no Ofício do Sr. Prefeito Municipal.

Leme/SP, 16 de outubro de 2017





**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
R 10717	Rs 11
ache	

**A Ordem do Dia**

16 / 10 / 2017

**PRESIDENTE**

Requerimento de Urgência Especial na tramitação do P.L. nº 121/17, aprovado por unanimidade em única votação.  
Em 16 de outubro de 2017.

Ricardo Pinheiro de Assis  
Presidente

**A Ordem do Dia**

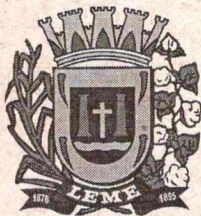
16 / 10 / 2017

**PRESIDENTE**

Projeto de Lei nº 121/17 aprovado por unanimidade em 1ª e 2ª votação.  
Em 16 de outubro de 2017.

Ricardo Pinheiro de Assis  
Presidente





**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

Redação Final

C.M. LEME	
P 167/17	Rs 12
Cibelle.	

**PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 121/2017**

"AUTORIZA O MUNICÍPIO DE LEME A CONTRATAR COM A DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO, OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM OUTORGA DE GARANTIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

**Art. 1º** - Fica o Chefe do Executivo do Município de Leme autorizado a celebrar com a DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO, operações de crédito até o montante de R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais), destinadas a aquisição de veículos para a frota municipal no âmbito da linha Frota Nova Municípios, cujas condições encontram-se previstas no artigo 2º desta Lei, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

**Art. 2º** - As operações de crédito de que trata o art. 1º desta Lei subordinar-se-ão às seguintes condições gerais:

d) a taxa de juros do financiamento é a de 9,5% ao ano, calculada *pro rata die*, acrescida de atualização monetária do IPCA, ou aquele que venha a substituí-lo no caso de sua extinção, pagáveis inclusive durante o prazo de carência, à Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo.

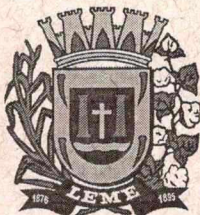
e) o prazo total de financiamento será de até 72 (setenta e dois) meses, contados a partir da assinatura do contrato de financiamento, sendo de até 6 (seis) meses o prazo de carência com juros pagos trimestralmente.

f) a participação do Município, a título de contrapartida, só será requerida caso o valor do objeto do financiamento ultrapasse o limite do valor a ser contratado neste financiamento.

**§ 1º** - A taxa de juros prevista no item "a" deste artigo será reduzida a 0% (zero por cento) ao ano, calculada *pro rata die*, desde que adimplente o Município, acrescida de atualização monetária pela variação mensal do IPCA, e calculada *pro rata die*, ou aquele que venha a substituí-lo no caso de sua extinção, devidos inclusive durante o prazo de carência do financiamento.

**Art. 3º** - Fica o Município autorizado a oferecer a vinculação em garantia das operações de crédito, por todo o tempo de vigência dos contratos de financiamento e até a liquidação total da dívida, sob a forma de Reserva de Meio de Pagamento, das Receitas de Transferências oriundas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS (art. 158 inciso IV da CF) e do Fundo de Participação dos Municípios – FPM (art. 159, inciso I, alínea b da CF),





**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
R 16717	Rs 13
C.M.L.	

cumulativamente ou apenas um destes, em montante necessário e suficiente para a amortização das parcelas do principal e o pagamento dos acessórios da dívida.

**Parágrafo Único** - As receitas de transferências sobre as quais se autoriza a vinculação em garantia, em caso de sua extinção, serão substituídas pelas receitas que vierem a serem estabelecidas constitucionalmente, independentemente de nova autorização.

**Art. 4º** - O Chefe do Executivo do Município está autorizado a constituir a Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo como sua mandatária, com poderes irrevogáveis e irretroatáveis, para receber junto às fontes pagadoras das receitas de transferências mencionadas no *caput* do art. 3º, os recursos vinculados, podendo utilizar esses recursos no pagamento do que lhe for devido por força dos contratos a que se refere o art. 1º.

**Parágrafo Único** - Os poderes mencionados se limitam aos casos de inadimplemento do Município e se restringem às parcelas vencidas e não pagas.

**Art. 5º** - Fica o Município autorizado a:

d) participar e assinar contratos, convênios, aditivos e termos que possibilitem a execução da presente Lei.

e) aceitar todas as condições estabelecidas pelas normas da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo, referentes às operações de crédito, vigentes à época da assinatura dos contratos de financiamento.


f) aceitar o foro da cidade de São Paulo para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução dos contratos.

**Art. 6º** - Os orçamentos municipais consignarão, obrigatoriamente, as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

**Art. 7º** - Fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir créditos especiais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes das operações de crédito ora autorizadas.

**Art. 8º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leme, 16 de outubro de 2017

  
Ricardo Pinheiro de Assis  
Presidente